

Comunicado 12.janeiro.2022

A formação de novos agentes e os problemas que permanecem



Não pactuamos com a desvalorização da negociação coletiva

A **Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP)** está preocupada com o projeto do Diploma de Admissão ao Curso de Formação de Agentes (que, entre outros pretende alterar a idade de admissão dos 19 para os 18 anos e - limite máximo - dos 27 para os 30 anos).

Na última reunião com a DNPSP, a **ASPP/PSP** abandonou-a por considerar que o Diretor Nacional a geria de forma irregular, com introdução de assuntos que não se encontravam na ordem de trabalhos (sem os querer colocar em ata).

A **ASPP/PSP** saiu da reunião por não pretender uma desvalorização da negociação coletiva, por considerar existir um atropelo às mais elementares regras democráticas e à própria lei sindical, mas mais importante, por considerar tal atitude um desrespeito pelos Polícias.

Como tal, a **ASPP/PSP** não acompanhou a negociação deste diploma de admissão ao CFA, mas, a 13 de dezembro de 2021, enviou por ofício as suas dúvidas e considerações neste tema. **Ainda aguardamos resposta.**

Relembra-se que este Diploma apenas foi colocado em discussão nessa reunião, porque a **ASPP/PSP** não aceitou negociá-lo em três dias e por telefone e e-mail.

Caso o documento tenha sido discutido na "reunião" e aprovado, cada um que assuma a sua responsabilidade e que mais tarde não seja desvirtuada a posição da **ASPP/PSP** - ou seja, a exigência de negociações sérias, exigentes e responsáveis, na defesa dos polícias.

As alterações previstas são da responsabilidade da Direção Nacional e não respondem à falta atratividade da profissão, a qual não passa certamente apenas por alterações à idade, mas sim, pela melhoria das remunerações, da aceleração de mobilidade interna, da compensação pelo risco, do respeito pela dignificação da carreira, das promoções, das condições de alojamento e trabalho...

Ainda assim, a referida proposta, que deveria ser por iniciativa do MAI e não da DNPSP, contempla outras nuances como, por exemplo, a externalização (empresas externas, leia-se) da avaliação psicológica dos candidatos a polícias, quando tal missão devia estar na alçada da Divisão de Psicologia da PSP, o que nos levanta algumas preocupações.